



## **CONSELHO REGIONAL DOS DESPACHANTES DOCUMENTALISTAS DO DISTRITO FEDERAL CRDD-DF**

**Ao Departamento de Transito do Distrito Federal -DETRAN-DF  
Ao Diretor Geral Alirio de Oliveira Neto  
Requerimento 19-2019 CRDD-DF**

### **Coleta de Informações Veiculares por Despachante Documentalista**

#### **1. Caracterização do problema**

Atualmente, o DETRAN/DF sofre com falta de mão-de-obra especializada para realização das vistorias veiculares, seja, para fins de transferência, emplacamento ou licenciamento anual, o que resulta em grande tempo de espera para a população e evidente desconforto ao órgão de trânsito.

A Resolução CONTRAN Nº. 466 de 11 de dezembro de 2013, que estabelece os procedimentos para exercício da atividade de vistoria de identificação, traz em art. 2º, a possibilidade de vistoria ser realizada por pessoa jurídica de direito público ou privado previamente habilitada.

No Distrito Federal, adota-se o modelo de vistorias executadas diretamente pelos servidores da Autoridade de Trânsito, alocação extremamente ineficaz de uma mão-obra de alta qualificação e custo. Por envolver a necessidade de inspeção física dos veículos, há, em regra, baixa produtividade na coleta de informações, fato gerado por limitações técnicas. Somada essa questão ao limitado quadro de pessoal, têm-se a inevitável formação de filas e atrasos nas transferências.

Outros Estados optaram pelo modelo da terceirização do serviço de vistoria, que passa a ser realizado integralmente por empresas privadas. No entanto, não são raros os problemas de fraudes graves e dificuldades na relação entre Autoridade de Trânsito – Empresa Terceirizada, o que limita o sucesso do modelo.

Toda essa situação traz uma insegurança ao cidadão que procura os serviços dos estados na expectativa de garantia de segurança. Além disso, falta à Administração os recursos técnicos e profissionais para realização de fiscalização ativa nessas empresas.

É nesse contexto que este conselho, CRDD/DF, apresenta um modelo alternativo e que pode rapidamente eliminar o problema das filas de vistoria no Distrito Federal.

O modelo proposto permitiria que a coleta de dados veiculares, atualmente realizadas pelos servidores do DETRAN/DF, passe a ser realizada por Despachante Documentaristas, com uso de sistema informatizada homologado do DENATRAN e no CRDD/DF. Ademais o Conselho manterá empresa específicas responsável pela auditoria ativa dos serviços realizados e pela gestão dos processos.

Os servidores do DETRAN/DF, por sua vez, seriam responsáveis pela homologação das

**RECEBIDO**  
14.06.2019  
SARAH FARIA  
MAT. 1824015  
NUDOC/DETRAN/DF

informações coletadas. Após o ato homologatório, o servidor disponibilizaria o documento no Sistema DETRAN/DF que passaria a ter efeitos de vistoria veicular.

Nesse sentido, o Despachante atuará de maneira complementar ao Servido Público, suprimindo sua lacuna de menor produtividade, permitindo uma melhor alocação da mão-de-obra e maior eficiência operacional para o órgão.

## **2. Sobre o CRDD/DF**

Os conselhos regionais de despachantes documentalistas, criados com pela Lei nº 10.602, de 12 de dezembro de 2012, são responsáveis pelo registro e fiscalização profissional dos Despachantes Documentalistas no Brasil. E, como já é entendimento consolidado no âmbito jurídico brasileiro, os **conselhos de classe profissional** são conselhos formados por **profissionais**, com diretorias democraticamente eleitas pelos seus associados que representam os interesses de sua profissão. Sua principal atribuição é a de registrar, fiscalizar e disciplinar as profissões regulamentadas. Eles são considerados **autarquias** especiais ou corporativa.

Mesmo sendo os conselhos um braço auxiliar do Estado, eles não recebem recursos do poder público. São dotados de personalidade jurídica de **direito público** (são autarquia da administração pública indireta) e são autorizados por lei e/ou por resoluções dos conselhos federais, a criar contribuições (anuidade) que são consideradas obrigatórias e, se não forem pagas, poderão ser executadas na via judicial.

Os profissionais Despachantes Documentalistas possuem credenciamento junto aos órgãos de trânsito dos estados e do Distrito

Federal, e são devidamente identificados e submetidos a todos os requisitos e tramites para garantir a segurança de suas atividades junto à população.

## **3. Métodos e procedimentos**

O DETRAN/DF já possui cadastro de credenciamento de profissionais despachantes, sendo, solidariamente ao CRDD/DF, o responsável pela fiscalização e controle de suas atividades no âmbito de sua competência.

A resolução CONTRAN Nº 466/2013, já aponta a possibilidade de realização de vistorias veiculares serem realizadas por pessoa jurídica de direito privado, e traz a forma e os requisitos de credenciamento desses entes privados.

Por sua vez, o CRDD/DF e o DETRAN/DF já possuem Convênio firmado desde 2015 (Termo de Cooperação nº 1/2015) que permite a troca de informações e divisão de competências em processo referentes a veículos automotores. Tal termo de Cooperação visou responder a Recomendação MPDFT nº 01/2014-PRODECON.

Nesse contexto, basta uma revisão na Instrução de Serviço DETRAN/DF nº 394/2015 para que os Despachantes Documentalistas possam realizar as atividades de Coleta de Informação Veicular, para instrução do processo de Vistoria, a ser homologado pelo Servidor da Autoridade de Trânsito.

Alterada a IS DETRAN/DF 394/2015, em cerca de 15 (quinze dias) os Despachantes já estariam com toda a infraestrutura necessária à execução das atividades, sem qualquer tipo de ônus para o Estado.

Esse modelo seria uma forma mista de realização de vistoria veicular, na qual estariam envolvidos pessoa jurídica de direito público e privado.

A população teria um ganho imensurável no atendimento, onde não necessitaria mais de deslocar-se a determinados pontos para realização de vistorias, podendo ser atendimento em sua residência e ou local de sua escolha. Sem considerar a agilidade e segurança do procedimento, uma vez que todo o equipamento utilizado será homologado pela

DENATRAN e, apenas após a homologação da Coleta, feita por Servidor da Autoridade de Trânsito, o documento terá força legal de Vistoria Veicular.

Os sistemas serão abastecidos com fotos dos veículos, de várias posições, dados do chassi, motor e demais agregados que se fizerem necessários para a análise do Servidor.

Para garantia junto ao cidadão e demais entidades públicas os conselhos disponibilizarão selo de garantia sobre as vistorias realizadas com seguro. Os conselhos deverão apresentar apólice de seguro fiança indenizatório com valor estimado com base na frota dos estados e ou DF a ser implementado nesse sistema, sob pena de não conseguir credenciar-se junto ao DENATRAN na sua falta.

#### **4. Resultados e/ou produtos esperados**

- a) Agilidade nas realizações das vistorias veiculares, diminuindo ou até eliminando as filas de espera;
- b) Comodidade ao cidadão quanto ao agendamento e realização do procedimento, uma vez que não haverá mais a necessidade de deslocamento do veículo para um determinado local fixo;
- c) Segurança nos procedimentos realizados, mediante garantia de indenização;
- d) Confiabilidade e garantia dos procedimentos realizados por profissionais despachantes;
- e) Economia para os órgãos quanto à disponibilização de mão-de-obra, resultando em maior eficiência alocativa.

#### **5. Recursos e equipamentos disponíveis**

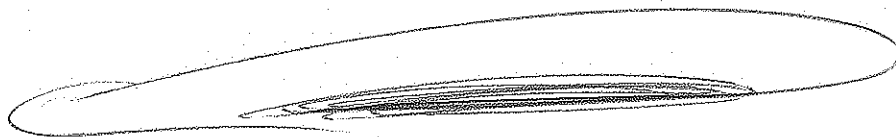
Não há custos para o Governo do Distrito Federal.

#### **6. Benefícios e riscos**

Os riscos são mínimos, uma vez que serão utilizados equipamentos devidamente homologados e autorizados pelo DENATRAN. A validação dos dados será efetuada por servidor do órgão de trânsito do Distrito Federal, os serviços serão auditados por empresa especificamente contratada pelo CRDD/DF para este fim, haverá Seguro de Responsabilidade Civil, além de Certificado de Conformidade emitido pelo CRDD-DF.

Para o cidadão, tem-se a garantia de indenização no caso de prejuízo decorrente da vistoria realizada, comodidade no agendamento e a possibilidade de realizar a vistoria em qualquer parte do Estado.

Para o Estado, tem-se a segurança, recurso tecnológico, mão-de-obra especializada, sistema misto com participação e fiscalização do ato e instantânea redução de custos otimização da máquina pública.

A handwritten signature in dark ink, consisting of a long, horizontal, slightly wavy line with a small loop at the end, followed by a series of horizontal strokes of varying lengths.

**LUCIANO PIÑÓN FERNANDEZ**  
**PRESIDENTE CRDD-DF**



## GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

### DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO DISTRITO FEDERAL

#### Núcleo de Documentação e Protocolo

#### Recibo de Entrega de Documentos (nº 24103784)

Processo: 00055-00039025/2019-02 - DETRAN - Veículos: Credenciados - Despachante

Declaro ter recebido, nesta data, a documentação em nome de CONSELHO REGIONAL DOS  
DESPACHANTES DOCUMENTALISTAS DO DISTRITO FEDERAL.

Observações: OF. 19/2019 CRDD DF.

e-mail para eventual contato: crdddf@hotmail.com

#### **ACOMPANHAMENTO PROCESSUAL**

- Acesse o link <http://www.portalsei.df.gov.br/>; Selecione o campo "PESQUISA PROCESSUAL"; Preencha os campos solicitados e tenha acesso às atualizações de andamento;

- Para informações mais detalhadas, verificar junto ao 154 o contato da unidade detentora dos autos ou realize o cadastro como USUÁRIO EXTERNO e solicite acesso integral aos autos do processo, nos guichês de protocolo.

#### **CADASTRO DE USUÁRIO EXTERNO**

Acompanhe o andamento do seu processo de contestação a auto de infração, obtenha acesso integral aos autos anexados e protocole o seu recurso, de maneira rápida, transparente e segura! Para tanto, siga as instruções **(somente para autos de infração e serviços efetuados exclusivamente no âmbito do Detran-DF)**:

- Acesse o link <http://www.portalsei.df.gov.br/usuario-externo/>; e selecione [Departamento de Trânsito do Distrito Federal \(DETRAN-DF\)](#);
- Em seguida, selecione "[Clique aqui se você ainda não está cadastrado](#)";
- Preencha todos os dados solicitados. Realizado o cadastro online, siga as orientações abaixo para obter sua liberação.
- Preencha a "DECLARAÇÃO DE CONCORDÂNCIA E VERACIDADE" e entregue pessoalmente nos guichês de protocolo do Detran-DF (Detran-Sede / Taguatinga / Gama / Sia), juntamente com uma cópia de um documento de identificação civil no qual conste o CPF.
- O usuário pode enviar o original da Declaração para o endereço do Protocolo Sede do Detran-DF (SAM Lote A Bloco B, Brasília/DF, CEP: 70620-000), contendo, obrigatoriamente, reconhecimento de firma em cartório de sua assinatura e em anexo cópia autenticada de um documento de identificação civil no qual conste CPF.

A documentação apresentada será avaliada por um servidor, havendo constatação de veracidade, o acesso será liberado em até dois dias úteis.

Brasília, 19 de junho de 2019.



Documento assinado eletronicamente por **SARAH FARIA DE ARAUJO CANTUARIA - Matr.0182401-5, Técnico(a) de Trânsito**, em 19/06/2019, às 13:40, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:  
[http://sei.df.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)  
[acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](#)  
verificador= **24103784** código CRC= **EFE2BD0C**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

SAM, Lote "A" Bloco "B" Ed. Sede DETRAN/DF - Bairro Asa Norte - CEP 70620-000 - DF

33435236

00055-00039025/2019-02

Doc. SEI/GDF 24103784



**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL**  
**DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO DISTRITO FEDERAL**  
**Direção Geral**  
**Diretoria de Controle de Veículos e Condutores**

Despacho SEI-GDF DETRAN/DG/DIRCONV

Brasília-DF, 24 de julho de 2019

À Dirpol,

Encaminho a V. S<sup>a</sup> o presente processo para conhecimento e parecer acerca do ofício do CRDD DF no que tange a competência desta Diretoria.

Harley Bueno

Diretor



Documento assinado eletronicamente por **HARLEY BUENO DE OLIVEIRA - Matr.0251172-X, Diretor(a) de Controle de Veículos e Condutores**, em 25/07/2019, às 09:52, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:  
[http://sei.df.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)  
[acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)  
verificador= **25659875** código CRC= **3F87E2BE**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

SAM LOTE A BLOCO B EDIFÍCIO SEDE DETRAN-DF, 1º ANDAR - Bairro SETOR DE ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL - CEP 70620-000 - DF

3343-5274

00055-00039025/2019-02

Doc. SEI/GDF 25659875



**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL**  
**DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO DISTRITO FEDERAL**  
**Direção Geral**  
**Diretoria de Policiamento e Fiscalização de Trânsito**

Despacho SEI-GDF DETRAN/DG/DIRPOL

Brasília-DF, 25 de julho de 2019

**À Gerinsp,**

De ordem do Diretor da Dirpol,

Encaminho os autos a essa Gerência para análise, a fim de que sejam fornecidas informações que possam subsidiar a tomada de decisões por parte desta Diretoria.

Atenciosamente,

**Patrícia Fideles Dourado**

Diretoria de Policiamento e Fiscalização de Trânsito

Detran-DF



Documento assinado eletronicamente por **PATRICIA FIDELES DOURADO - Matr.0250665-3, Agente de Trânsito**, em 29/07/2019, às 11:23, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:  
[http://sei.df.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)  
[acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)  
verificador= **25754303** código CRC= **B3100174**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

SGAN QUADRA 907 BLOCO T - Bairro ASA NORTE - CEP 70790-070 - DF

3905-5708

00055-00039025/2019-02

Doc. SEI/GDF 25754303



**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL**

**DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO DISTRITO FEDERAL**

**Diretoria de Policiamento e Fiscalização de Trânsito**

**Gerência de Exame, Inspeção Técnica Veicular e de Emissão de Gases Poluentes**

Despacho SEI-GDF DETRAN/DG/DIRPOL/GERINSP

Brasília-DF, 09 de outubro de 2019

DIRPOL,

Senhor diretor da DIRPOL.

Em atendimento ao despacho DIRPOL (25754303) e despacho DIRCONV (25659875), em face do requerimento do CONSELHO REGIONAL DOS DESPACHANTES DOCUMENTALISTAS DO DISTRITO FEDERAL - CRDD (25098942) prestamos nossas considerações abaixo.

O Conselho Regional dos Despachantes Documentalistas - CRDD está pleiteando a tarefa de realizar vistoria veicular sem a devida compreensão do “que”, “como”, “porque”, “quando”, sem, sequer, ter lido a Resolução nº 466/2013 – CONTRAN em seu inteiro teor:

**Resolução nº 466/2013 – CONTRAN**

**Capítulo II**

**Dos requisitos para habilitação do exercício dos serviços de vistoria de identificação veicular**

Art. 4º Os órgãos e entidades executivos de trânsito dos Estados e do Distrito Federal promoverão a habilitação da pessoa jurídica de direito público ou privado para o exercício da atividade de vistoria de identificação veicular, mediante cumprimento dos seguintes requisitos:

I - documentação relativa à habilitação jurídica:

· ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos da eleição de seus administradores, **devendo constar do objeto social a atividade exclusiva de vistoria de identificação veicular**, excetuando-se as pessoas jurídicas de direito público que se dediquem à atividade de ensino e pesquisa técnico-científica;

Somente este parágrafo (letra a, do item I, do artigo 4º, da Resolução 466/2013), **já é um impeditivo para que seja concedido da forma solicitada, e não através de um procedimento licitatório.**

**Além do que, a empresa terá que provar que sua atividade é exclusiva de vistoria de identificação veicular.**

**Não é o caso do CRDD-DF.**

As atividades do vistoriador se dividem em Recepcionar o usuário adquirente ou procurador; Conferir a documentação (legitimidade da propriedade); Fazer as pesquisas no Sistema (Base Local e BIN) e emitir o SLIP; Realizar a vistoria no veículo; Analisar e receber recorte de chassi e placas para baixa definitiva; Analisar e solucionar erros do Sistema para agendamento; Analisar e



solicitar correção de problemas via SOSTI; Corrigir dados de veículos que não consegue emitir o CRV/CRLV; Dar consultoria sobre valores de débitos e emissão de boletos; Prestar informações sobre CNH apreendida e local de atendimento; Prestar informações sobre regularização de modificação veicular; Prestar informações sobre baixa provisória; Prestar informação sobre “como emitir CRV com Gravame Ativo”; Consultar processo digitalizado para sanar problema pontual; Analisar e liberar vistoria pendente de outro vistoriador; Emitir Autorização Prévia para Mudança de Cor; Emitir Autorização para gravar número em motor etc.

Em palavras simples, o processo de vistoria tem um maestro insubstituível, que é o vistoriador. A qualidade desse processo, no entanto, depende dos instrumentos disponíveis em sua orquestra e dos músicos que os manipularão.

Ao vistoriador deve ficar o alto encargo de tornar cada vistoria uma ação coordenada de verificação do veículo, com segurança, qualidade e agilidade. Para tanto, deverá ter disponíveis os equipamentos, sistemas informatizados e insumos tecnológicos que necessitar a cada momento, devidamente operados por especialistas.

O vistoriador terceirizado é um mero conferente.

O DETRAN-DF vem, desde 1980, aprimorando seu conhecimento na área de vistoria veicular.

Tem, sem sombra de dúvida, o melhor corpo de técnicos vistoriadores do Brasil.

Haja vista que não se tem notícias de indenizações pelo DETRAN, em razão de falhas nas vistorias.

Então o risco é praticamente zero.

No entanto. A mídia tem relatado em reportagens, todas as mazelas enfrentadas pelos DETRANs que terceirizaram tais atividades, principalmente em processos judiciais.

O Agente vistoriador do DETRAN-DF tem uma conduta investigativa, pois tem consciência de que a vistoria de identificação veicular tem como objetivo verificar:

I - a autenticidade da identificação do veículo e da sua documentação;

II - a legitimidade da propriedade;

III - se os veículos dispõem dos equipamentos obrigatórios, e se estes estão funcionais;

IV - se as características originais dos veículos e seus agregados foram modificados e, caso constatada alguma alteração, se esta foi autorizada, regularizada e se consta no prontuário do veículo na repartição de trânsito.

VI - E se os equipamentos obrigatórios são aqueles previstos pelo Código de Trânsito.

Ao passar a tarefa para os despachantes, conforme requer o CRDD, eles serão meros conferentes e carimbadores, pois não se importarão com o verdadeiro sentido de se realizar um exame veicular, ocasionando sérios problemas de rescaldo para o DETRAN, culminando em potenciais demandas judiciais desnecessárias encarecendo o procedimento.

Além do que, em que ambiente se dará o atendimento? Ao relento?

Nosso entendimento é que a pretensão do CRDD, além de onerar o despachante em mais uma taxa, é criar uma arrecadação para seu enriquecimento em detrimento da segurança e da proteção de bens de terceiro. Sem falar que o proprietário adquirente de veículo vai pagar por mais um

serviço, que não o beneficia em nada, mas trará grandes prejuízos a ele e ao órgão de trânsito.

O trabalho de homologação de uma vistoria, da forma pretendida pelo CRDD, pelo Agente do DETRAN, não vai beneficiar o DETRAN-DF ou o adquirente em absolutamente nada, pois determinar se um veículo está ou não em condições legais da autenticidade da identificação e da sua documentação; da legitimidade da propriedade; se os veículos dispõem dos equipamentos obrigatórios, e se estes estão funcionais; se as características originais dos veículos e seus agregados foram modificados e, caso constatada alguma alteração, se esta foi autorizada, regularizada e se consta no prontuário do veículo na repartição de trânsito; e, se os equipamentos obrigatórios são aqueles previstos pelo Código de Trânsito, e se seus componentes de segurança (assoalho, colunas e teto) foram afetados, considerando somente visualização de fotos, que nem sempre estarão nítidas, é temerário e muito arriscado.

É o nosso entendimento.

Nael Cardoso de Pinho

Gerente de Vistoria



Documento assinado eletronicamente por **NAEL CARDOSO DE PINHO - Matr.0000631-9, Gerente de Exame, Inspeção Técnica Veicular e de Emissão de Gases Poluentes**, em 09/10/2019, às 07:14, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:  
[http://sei.df.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)  
verificador= **29574060** código CRC= **B7C82579**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

STRC, TRECHO 1, CONJUNTO B, LTS 01/08, ZONA INDUSTRIAL - Bairro SCIA - CEP 71225-512 - DF

3901-5969

00055-00039025/2019-02

Doc. SEI/GDF 29574060



**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL**  
**DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO DISTRITO FEDERAL**  
Direção Geral  
Diretoria de Policiamento e Fiscalização de Trânsito

Despacho SEI-GDF DETRAN/DG/DIRPOL

Brasília-DF, 10 de outubro de 2019

**À Direção-geral, com vistas à DIRCONV,**

Trata o presente de Requerimento apresentado pelo Conselho Regional dos Despachantes Documentalistas do Distrito Federal - CRDD-DF, através do qual propõe, em suma, que a atividade de vistoria veicular passe a ser realizada por despachantes.

Neste contexto, assevera que o Detran-DF *"sofre com a falta de mão-de-obra especializada para realização das vistorias veiculares, ou seja, para fins de transferência, emplacamento ou licenciamento anual, o que resulta em grande tempo de espera para a população e evidente desconforto ao órgão de trânsito"*.

Assim, inicialmente cabe esclarecer que esta autarquia possui em seu quadro servidores altamente qualificados, contratados através de aprovação em concurso público para exercício do cargo de Agente de Trânsito, os quais foram submetidos à treinamento e capacitação para exercício da atividade de vistoria de identificação veicular, em conformidade com o previsto no § 2º do art. 1º da Resolução Contran nº 466, de 11 de dezembro de 2013.

Com efeito, este serviço é disponibilizado à população por meio de agendamento no sítio eletrônico do órgão, sendo realizado em um dos doze postos de vistoria, localizados em várias regiões do Distrito Federal. No ano de 2018 foram realizadas 247.936 (duzentos e quarenta e sete mil, novecentos e trinta e seis) vistorias. Neste ano de 2019 já foram realizadas mais de cento e noventa e três mil vistorias.

Nesta esteira, é importante salientar que esta Diretoria de Fiscalização e Policiamento tem adotado medidas para redução do tempo de espera para o agendamento. Desta forma, para dar cumprimento às metas estabelecidas no PPA foi necessário um incremento de 12% (doze por cento) na produtividade na vistoria, assim, desde 01/08/2019 aumentou-se, por dia, de 17 (dezessete) para **20** (vinte) vistorias por vistoriador, o que representou um acréscimo de produtividade na ordem de 2.915 vistorias por mês.

Considerando a média mensal de 19.886 (dezenove mil, duzentos e quinze mil) vistorias, este aumento representou um aumento de **14,6%** na produtividade, portanto, a meta estabelecida foi devidamente cumprida. À exemplo, o tempo de espera para agendamento no Paranoá tem sido de três dias e no Setor de Cargas de, no máximo, onze dias corridos.

Desta forma, pode-se observar que as informações prestadas pelo CRDD-DF encontram-se dissociadas da realidade dos fatos.

Lado outro, sustenta o Conselho, ora Requerente, que a Resolução Contran nº 466, de 11 de dezembro de 2013, traz em seu artigo 2º a possibilidade da atividade de vistoria veicular ser realizada por pessoa jurídica de direito público ou privado, previamente habilitada.

Ocorre que o art. 4º da supracitada Resolução dispõe acerca dos requisitos para habilitação da pessoa jurídica, dentre elas a de que deverá constar do objeto social a atividade exclusiva de vistoria de identificação veicular; a comprovação de possuir em seu quadro de pessoal permanente vistoriadores com qualificação comprovada por meio de certificado ou diploma de

conclusão de curso de treinamento em vistoria de identificação veicular, regulamentado pelo DENATRAN; comprovação da atuação exclusiva no mercado de vistoria de identificação veicular, mediante certidão emitida pelo órgão competente e cópia do contrato social vigente; e, declaração de abster-se de envolvimento comerciais que possam comprometer a isenção no exercício da atividade de vistoria de identificação veicular, assinada pelo representante legal da pessoa jurídica, senão vejamos:

Art. 4º Os órgãos e entidades executivos de trânsito dos Estados e do Distrito Federal promoverão a habilitação da pessoa jurídica de direito público ou privado para o exercício da atividade de vistoria de identificação veicular, mediante cumprimento dos seguintes requisitos:

I - documentação relativa à habilitação jurídica:

a) ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos da eleição de seus administradores, **devendo constar do objeto social a atividade exclusiva de vistoria de identificação veicular**, excetuando-se as pessoas jurídicas de direito público que se dediquem à atividade de ensino e pesquisa técnico-científica;

(...)

III - documentação relativa à qualificação técnica:

a ) **comprovação de possuir em seu quadro de pessoal permanente, vistoriadores com qualificação comprovada por meio de certificado ou diploma de conclusão de curso de treinamento em vistoria de identificação veicular, regulamentado pelo DENATRAN;**

b) Licença ou Alvará de Funcionamento, com data de validade em vigor, expedido pela Prefeitura do Município ou pelo Governo do Distrito Federal;

c) comprovação de canal aberto de ouvidoria ou serviço de atendimento ao consumidor;

d) Apólice de Seguro de Responsabilidade Civil Profissional, segurada no valor de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), e em vigor durante o prazo de validade do contrato de exercício dos serviços de vistoria de identificação veicular, em nome da contratada, para eventual cobertura de danos causados ao consumidor pela pessoa jurídica habilitada;

e) comprovante de quitação do seguro contratado;

f ) **comprovação da atuação exclusiva no mercado de vistoria de identificação veicular, mediante certidão emitida pelo órgão competente e cópia do contrato social vigente;**

g ) **declaração de abster-se de envolvimento comerciais que possam comprometer a isenção no exercício da atividade de vistoria de identificação veicular, assinada pelo representante legal da pessoa jurídica.** (grifo nosso)

Assim, considerando o disposto na legislação em vigor, pode-se depreender que o CRDD-DF, bem como os despachantes credenciados junto ao Conselho **não atendem as exigências legais para assunção das atribuições** hoje realizadas pelos servidores do órgão.

Ademais, o próprio Conselho informa, em seu Requerimento, ser o responsável pelo registro e fiscalização profissional dos despachantes documentalistas no Brasil, cujo o **objetivo é representar os interesses dos seus associados**, de acordo com a Lei nº 10602/2012, não possuindo, portanto, por objeto social a atividade exclusiva de vistoria de identificação veicular.

Nesta mesma esteira, dispõe o art. 6º, da supracitada lei que "O Despachante

Documentalista tem mandato presumido de **representação na defesa dos interesses de seus comitentes**, salvo para a prática de atos para os quais a lei exija poderes especiais", o que deixa clara a atribuição do despachante de representar seu cliente junto aos órgãos e entidades.

À propósito, em consulta ao sítio eletrônico [www.ocupacoes.com.br/cbo-mte/4231-despachantes-documentalistas-e-afins](http://www.ocupacoes.com.br/cbo-mte/4231-despachantes-documentalistas-e-afins), que trata da Classificação Brasileira de Ocupações pôde-se extrair as atribuições do Despachante Documentalista, quais sejam: **"representam o cliente junto a órgãos e entidades competentes;** solicitam a emissão de documentos de pessoas físicas e jurídicas, de bens móveis e imóveis, alvarás, licenças e laudos diversos; efetuam inscrições, alterações e baixas em registros e cadastros; gerenciam serviços e atividades dos clientes; organizam arquivos de dados e monitoram datas de vencimento de documentos; regularizam débitos e créditos, apuram e pagam impostos, taxas e emolumentos; requerem isenções, cancelamentos, parcelamentos e suspensões de pagamentos de débitos, a devolução de indébitos e o recebimento de indenizações, seguros, pecúlios e pensões.

Desta forma, infere-se que não se encontram dentre as atribuições do despachante documentalista a de realizar a atividade de vistoria veicular. Outrossim, da análise de tais atribuições observa-se a existência de conflito de interesses, uma vez que, de acordo com a Lei nº 10602/2012 o despachante deve defender os interesses de seus comitentes, o que, de plano, compromete a isenção no exercício da atividade de vistoria de identificação veicular, conforme exigência do art. 4º, da Resolução nº 466/2013.

Destarte, ao contrário do sugerido pelo CRDD-DF, a revisão da Instrução Detran-DF nº 394/2015 não seria suficiente para que os Despachantes Documentalistas possam realizar a "Coleta de Informação Veicular". Ademais, não existe sequer a previsão legal para realização do procedimento acima citado. O que a Res. 466/2013 prevê, conforme dito alhures, é a habilitação da pessoa jurídica de direito público ou privado para o exercício da atividade de vistoria de identificação veicular. Observa-se, portanto, que pretende o CRDD-DF criar um novo procedimento, o qual não encontra previsão na legislação ora em vigor.

Nesta esteira, vale lembrar que a Administração Pública encontra-se adstrita, por força do princípio da legalidade, a praticar somente condutas autorizadas em lei, restando impedida, portanto, de atender à proposição apresentada pelo Conselho.

Por conseguinte, considerando os próprios argumentos apresentados em seu requerimento, aonde afirma o CRDD-DF que "outros Estados optaram pelo modelo de terceirização do serviço de vistoria, que passa a ser realizado integralmente por empresas privadas. No entanto, **não são raros os problemas de fraudes graves e dificuldades entre Autoridade de Trânsito- Empresa Terceirizada... Toda essa situação traz uma insegurança ao cidadão que procura o serviço dos estados na expectativa de garantia de segurança**", impende ressaltar que hoje nos moldes em que o serviço vem sendo prestado à população do Distrito Federal não se tem notícia de fraudes ou corrupção, como se observa em alguns estados no país. Ao contrário, o Detran-DF tem servido de referência para demais órgãos executivos de trânsito, no que tange à fiscalização e cumprimento à legislação de trânsito.

Por fim, salienta-se que estão sendo adotadas medidas pela Diretoria de Policiamento e Fiscalização de Trânsito com vistas à aquisição de equipamentos para se proceder à modernização do procedimento de vistoria veicular, o que, certamente, irá refletir em uma melhor prestação do serviço à população do Distrito Federal.

Isto posto, solicita-se a esta Direção-geral que seja dado conhecimento ao Conselho Regional dos Despachantes Documentalistas do Distrito Federal - CRDD/DF a respeito dos motivos acima expostos que obstem o atendimento ao presente pleito.

Respeitosamente,

**Francisco Joaquim Araújo Saraiva**

Diretor de Policiamento e Fiscalização de Trânsito  
Detran-DF



Documento assinado eletronicamente por **FRANCISCO JOAQUIM ARAUJO SARAIVA - Matr.0000242-9, Diretor(a) de Policiamento e Fiscalização de Trânsito**, em 10/10/2019, às 19:07, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:  
[http://sei.df.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)  
verificador= **29664298** código CRC= **2F681A9F**.

---

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

SGAN QUADRA 907 BLOCO T - Bairro ASA NORTE - CEP 70790-070 - DF

3905-5708

---

00055-00039025/2019-02

Doc. SEI/GDF 29664298



**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL**  
**DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO DISTRITO FEDERAL**  
**Direção Geral**  
**Diretoria de Controle de Veículos e Condutores**

Despacho SEI-GDF DETRAN/DG/DIRCONV

Brasília-DF, 14 de outubro de 2019

À CGAB,

Restituo a V. S<sup>a</sup> o presente expediente e informo que esta Dirconv está de acordo com o despacho da Dirpol 29664298 referente ao requerimento do CRDD.

Harley Bueno

Dirconv



Documento assinado eletronicamente por **HARLEY BUENO DE OLIVEIRA - Matr.0251172-X, Diretor(a) de Controle de Veículos e Condutores**, em 14/10/2019, às 11:49, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:  
[http://sei.df.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)  
[acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)  
verificador= **29800214** código CRC= **54EFCF7E**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

SAM LOTE A BLOCO B EDIFÍCIO SEDE DETRAN-DF, 1º ANDAR - Bairro SETOR DE ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL - CEP 70620-000 - DF

3343-5274

00055-00039025/2019-02

Doc. SEI/GDF 29800214



**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL**  
**DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO DISTRITO FEDERAL**  
Direção Geral  
Direção Geral Adjunta

Ofício SEI-GDF Nº 1126/2019 - DETRAN/DG/DGA

Brasília-DF, 01 de novembro de 2019.

Senhor presidente,

1. Cumprimentando- o cordialmente e em atenção ao Ofício nº 19/219 24103741, referente ao Requerimento apresentado pelo Conselho Regional dos Despachantes Documentalistas do Distrito Federal-CRDD-DF, por meio do qual propõe, em suma, que a atividade de vistoria veicular passe a ser realizada por despachantes.

2. Neste contexto, assevera que o Detran-DF *"sofre com a falta de mão-de-obra especializada para realização das vistorias veiculares, ou seja, para fins de transferência, emplacamento ou licenciamento anual, o que resulta em grande tempo de espera para a população e evidente desconforto ao órgão de trânsito"*.

3. Assim, inicialmente cabe esclarecer que esta autarquia possui em seu quadro servidores altamente qualificados, contratados por meio de aprovação em concurso público para exercício do cargo de Agente de Trânsito, os quais foram submetidos à treinamento e capacitação para exercício da atividade de vistoria de identificação veicular, em conformidade com o previsto no § 2º do art. 1º da Resolução Contran nº 466, de 11 de dezembro de 2013.

4. Com efeito, este serviço é disponibilizado à população por meio de agendamento no sítio eletrônico do órgão, sendo realizado em um dos doze postos de vistoria, localizados em várias regiões do Distrito Federal. No ano de 2018 foram realizadas 247.936 (duzentos e quarenta e sete mil, novecentos e trinta e seis) vistorias. Neste ano de 2019 já foram realizadas mais de cento e noventa e três mil vistorias.

5. Nesta contexto, é importante salientar que a Diretoria de Fiscalização e Policiamento tem adotado medidas para redução do tempo de espera para o agendamento. Desta forma, para dar cumprimento às metas estabelecidas no PPA foi necessário um incremento de 12% (doze por cento) na produtividade na vistoria, assim, desde 01/08/2019 aumentou-se, por dia, de 17 (dezessete) para **20** (vinte) vistorias por vistoriador, o que representou um acréscimo de produtividade na ordem de 2.915 vistorias por mês.

6. Considerando a média mensal de 19.886 (dezenove mil, duzentos e quinze mil) vistorias, este aumento representou um aumento de **14,6%** na produtividade, portanto, a meta estabelecida foi devidamente cumprida. À exemplo, o tempo de espera para agendamento no Paranoá tem sido de três dias e no Setor de Cargas de, no máximo, onze dias corridos.

7. Desta forma, pode-se observar que as informações prestadas pelo CRDD-DF encontram-se dissociadas da realidade dos fatos.

8. Lado outro, sustenta o Conselho, ora Requerente, que a Resolução Contran nº 466, de 11 de dezembro de 2013, traz em seu artigo 2º a possibilidade da atividade de vistoria veicular ser realizada por pessoa jurídica de direito público ou privado, previamente habilitada. Ocorre que o art. 4º da supracitada Resolução dispõe acerca dos requisitos para habilitação da pessoa jurídica, dentre elas a de que deverá constar do objeto social a atividade exclusiva de vistoria de identificação veicular; a comprovação de possuir em seu quadro de pessoal permanente vistoriadores com qualificação comprovada por meio de certificado ou diploma de conclusão de curso de treinamento em vistoria de identificação veicular, regulamentado pelo DENATRAN; comprovação da atuação exclusiva



no mercado de vistoria de identificação veicular, mediante certidão emitida pelo órgão competente e cópia do contrato social vigente; e, declaração de abster-se de envolvimento comerciais que possam comprometer a isenção no exercício da atividade de vistoria de identificação veicular, assinada pelo representante legal da pessoa jurídica, senão vejamos:

Art. 4º Os órgãos e entidades executivos de trânsito dos Estados e do Distrito Federal promoverão a habilitação da pessoa jurídica de direito público ou privado para o exercício da atividade de vistoria de identificação veicular, mediante cumprimento dos seguintes requisitos:

I - documentação relativa à habilitação jurídica:

a) ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos da eleição de seus administradores, **devendo constar do objeto social a atividade exclusiva de vistoria de identificação veicular**, excetuando-se as pessoas jurídicas de direito público que se dediquem à atividade de ensino e pesquisa técnico-científica;

(...)

III - documentação relativa à qualificação técnica:

a) **comprovação de possuir em seu quadro de pessoal permanente, vistoriadores com qualificação comprovada por meio de certificado ou diploma de conclusão de curso de treinamento em vistoria de identificação veicular, regulamentado pelo DENATRAN;**

b) Licença ou Alvará de Funcionamento, com data de validade em vigor, expedido pela Prefeitura do Município ou pelo Governo do Distrito Federal;

c) comprovação de canal aberto de ouvidoria ou serviço de atendimento ao consumidor;

d) Apólice de Seguro de Responsabilidade Civil Profissional, segurada no valor de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), e em vigor durante o prazo de validade do contrato de exercício dos serviços de vistoria de identificação veicular, em nome da contratada, para eventual cobertura de danos causados ao consumidor pela pessoa jurídica habilitada;

e) comprovante de quitação do seguro contratado;

f) **comprovação da atuação exclusiva no mercado de vistoria de identificação veicular, mediante certidão emitida pelo órgão competente e cópia do contrato social vigente;**

g) **declaração de abster-se de envolvimento comerciais que possam comprometer a isenção no exercício da atividade de vistoria de identificação veicular, assinada pelo representante legal da pessoa jurídica.** (grifo nosso)

9. Assim, considerando o disposto na legislação em vigor, pode-se depreender que o CRDD-DF, bem como os despachantes credenciados junto ao Conselho **não atendem as exigências legais para assunção das atribuições** hoje realizadas pelos servidores do órgão.

10. Ademais, o próprio Conselho informa, em seu Requerimento, ser o responsável pelo registro e fiscalização profissional dos despachantes documentalistas no Brasil, cujo o **objetivo é representar os interesses dos seus associados**, de acordo com a Lei nº 10602/2012, não possuindo, portanto, por objeto social a atividade exclusiva de vistoria de identificação veicular.

11. Nesse contexto, dispõe o art. 6º, da supracitada lei que "O Despachante Documentalista tem mandato presumido de **representação na defesa dos interesses de seus comitentes**, salvo para a prática de atos para os quais a lei exija poderes especiais", o que deixa clara

a atribuição do despachante de representar seu cliente junto aos órgãos e entidades.

12. À propósito, em consulta ao sítio eletrônico [www.ocupacoes.com.br/cbo-mte/4231-despachantes-documentalistas-e-afins](http://www.ocupacoes.com.br/cbo-mte/4231-despachantes-documentalistas-e-afins), que trata da Classificação Brasileira de Ocupações pôde-se extrair as atribuições do Despachante Documentalista, quais sejam: "**representam o cliente junto a órgãos e entidades competentes**; solicitam a emissão de documentos de pessoas físicas e jurídicas, de bens móveis e imóveis, alvarás, licenças e laudos diversos; efetuam inscrições, alterações e baixas em registros e cadastros; gerenciam serviços e atividades dos clientes; organizam arquivos de dados e monitoram datas de vencimento de documentos; regularizam débitos e créditos, apuram e pagam impostos, taxas e emolumentos; requerem isenções, cancelamentos, parcelamentos e suspensões de pagamentos de débitos, a devolução de indébitos e o recebimento de indenizações, seguros, pecúlios e pensões.

13. Desta forma, infere-se que não se encontram dentre as atribuições do despachante documentalista a de realizar a atividade de vistoria veicular. Outrossim, da análise de tais atribuições observa-se a existência de conflito de interesses, uma vez que, de acordo com a Lei nº 10602/2012 o despachante deve defender os interesses de seus comitentes, o que, de plano, compromete a isenção no exercício da atividade de vistoria de identificação veicular, conforme exigência do art. 4º, da Resolução nº 466/2013.

14. Destarte, ao contrário do sugerido pelo CRDD-DF, a revisão da Instrução Detran-DF nº 394/2015 não seria suficiente para que os Despachantes Documentalistas possam realizar a "Coleta de Informação Veicular". Ademais, não existe sequer a previsão legal para realização do procedimento acima citado. O que a Res. 466/2013 prevê, conforme dito alhures, é a habilitação da pessoa jurídica de direito público ou privado para o exercício da atividade de vistoria de identificação veicular. Observa-se, portanto, que pretende o CRDD-DF criar um novo procedimento, o qual não encontra previsão na legislação ora em vigor.

15. Nesta esteira, vale lembrar que a Administração Pública encontra-se adstrita, por força do princípio da legalidade, a praticar somente condutas autorizadas em lei, restando impedida, portanto, de atender à proposição apresentada pelo Conselho.

16. Por conseguinte, considerando os próprios argumentos apresentados em seu requerimento, aonde afirma o CRDD-DF que "outros Estados optaram pelo modelo de terceirização do serviço de vistoria, que passa a ser realizado integralmente por empresas privadas. No entanto, **não são raros os problemas de fraudes graves e dificuldades entre Autoridade de Trânsito- Empresa Terceirizada... Toda essa situação traz uma insegurança ao cidadão que procura o serviço dos estados na expectativa de garantia de segurança**", impende ressaltar que hoje nos moldes em que o serviço vem sendo prestado à população do Distrito Federal não se tem notícia de fraudes ou corrupção, como se observa em alguns estados no país. Ao contrário, o Detran-DF tem servido de referência para demais órgãos executivos de trânsito, no que tange à fiscalização e cumprimento à legislação de trânsito.

17. Por fim, salienta-se que estão sendo adotadas medidas pela Diretoria de Policiamento e Fiscalização de Trânsito com vistas à aquisição de equipamentos para se proceder à modernização do procedimento de vistoria veicular, o que, certamente, irá refletir em uma melhor prestação do serviço à população do Distrito Federal.

Atenciosamente,

Valmir Lemos de Oliveira

Diretor-Geral Adjunto

Ao Senhor

Luciano Pinõn Fernandes

Presidente do Conselho Regional dos Despachantes Documentalistas do Distrito Federal-CRDD-DF

N E S T A



Documento assinado eletronicamente por **VALMIR LEMOS DE OLIVEIRA - Matr.0251194-0**, **Diretor(a)-Geral Adjunto(a) do Departamento de Trânsito do Distrito Federal**, em 18/11/2019, às 17:59, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:  
[http://sei.df.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)  
verificador= **30748300** código CRC= **187C32DE**.

---

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"  
SAM LOTE A BLOCO B EDIFÍCIO SEDE DETRAN-DF, 1º andar - Bairro ASA NORTE - CEP 70620-000 - DF  
3343-5108

---

00055-00039025/2019-02

Doc. SEI/GDF 30748300

**Data de Envio:**

19/11/2019 10:10:51

**De:**

DETRAN/Direção Geral Adjunta <secretariagab@detran.df.gov.br>

**Para:**

crdddf@hotmail.com

**Assunto:**

OFÍCIO 1126/2019

**Mensagem:**

Senhor presidente,

1. Cumprimentando- o cordialmente e em atenção ao Ofício nº 19/219 24103741, referente ao Requerimento apresentado pelo Conselho Regional dos Despachantes Documentalistas do Distrito Federal-CRDD-DF, por meio do qual propõe, em suma, que a atividade de vistoria veicular passe a ser realizada por despachantes.
2. Neste contexto, assevera que o Detran-DF "sofre com a falta de mão-de-obra especializada para realização das vistorias veiculares, ou seja, para fins de transferência, emplacamento ou licenciamento anual, o que resulta em grande tempo de espera para a população e evidente desconforto ao órgão de trânsito".
3. Assim, inicialmente cabe esclarecer que esta autarquia possui em seu quadro servidores altamente qualificados, contratados por meio de aprovação em concurso público para exercício do cargo de Agente de Trânsito, os quais foram submetidos à treinamento e capacitação para exercício da atividade de vistoria de identificação veicular, em conformidade com o previsto no § 2º do art. 1º da Resolução Contran nº 466, de 11 de dezembro de 2013.
4. Com efeito, este serviço é disponibilizado à população por meio de agendamento no sítio eletrônico do órgão, sendo realizado em um dos doze postos de vistoria, localizados em várias regiões do Distrito Federal. No ano de 2018 foram realizadas 247.936 (duzentos e quarenta e sete mil, novecentos e trinta e seis) vistorias. Neste ano de 2019 já foram realizadas mais de cento e noventa e três mil vistorias.
5. Nesta contexto, é importante salientar que a Diretoria de Fiscalização e Policiamento tem adotado medidas para redução do tempo de espera para o agendamento. Desta forma, para dar cumprimento às metas estabelecidas no PPA foi necessário um incremento de 12% (doze por cento) na produtividade na vistoria, assim, desde 01/08/2019 aumentou-se, por dia, de 17 (dezessete) para 20 (vinte) vistorias por vistoriador, o que representou um acréscimo de produtividade na ordem de 2.915 vistorias por mês.
6. Considerando a média mensal de 19.886 (dezenove mil, duzentos e quinze mil) vistorias, este aumento representou um aumento de 14,6% na produtividade, portanto, a meta estabelecida foi devidamente cumprida. À exemplo, o tempo de espera para agendamento no Paranoá tem sido de três dias e no Setor de Cargas de, no máximo, onze dias corridos.
7. Desta forma, pode-se observar que as informações prestadas pelo CRDD-DF encontram-se dissociadas da realidade dos fatos.
8. Lado outro, sustenta o Conselho, ora Requerente, que a Resolução Contran nº 466, de 11 de dezembro de 2013, traz em seu artigo 2º a possibilidade da atividade de vistoria veicular ser realizada por pessoa jurídica de direito público ou privado, previamente habilitada. Ocorre que o art. 4º da supracitada Resolução dispõe acerca dos requisitos para habilitação da pessoa jurídica, dentre elas a de que deverá constar do objeto social a atividade exclusiva de vistoria de identificação veicular; a comprovação de possuir em seu quadro de pessoal permanente vistoriadores com qualificação comprovada por meio de certificado ou diploma de conclusão de curso de treinamento em vistoria de identificação veicular, regulamentado pelo DENATRAN; comprovação da atuação exclusiva no mercado de vistoria de identificação veicular, mediante certidão emitida pelo órgão competente e cópia do contrato social vigente; e, declaração de abster-se de envolvimento comerciais que possam comprometer a isenção no exercício da atividade de vistoria de identificação veicular, assinada pelo representante legal da pessoa jurídica, senão vejamos:  
  
Art. 4º Os órgãos e entidades executivos de trânsito dos Estados e do Distrito Federal promoverão a habilitação da pessoa jurídica de direito público ou privado para o exercício da atividade de vistoria de identificação veicular, mediante cumprimento dos seguintes requisitos:

I - documentação relativa à habilitação jurídica:

a) ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, e, no caso de sociedades por ações,

acompanhado de documentos da eleição de seus administradores, devendo constar do objeto social a atividade exclusiva de vistoria de identificação veicular, excetuando-se as pessoas jurídicas de direito público que se dediquem à atividade de ensino e pesquisa técnico-científica;

(...)

III - documentação relativa à qualificação técnica:

- a) comprovação de possuir em seu quadro de pessoal permanente, vistoriadores com qualificação comprovada por meio de certificado ou diploma de conclusão de curso de treinamento em vistoria de identificação veicular, regulamentado pelo DENATRAN;
- b) Licença ou Alvará de Funcionamento, com data de validade em vigor, expedido pela Prefeitura do Município ou pelo Governo do Distrito Federal;
- c) comprovação de canal aberto de ouvidoria ou serviço de atendimento ao consumidor;
- d) Apólice de Seguro de Responsabilidade Civil Profissional, segurada no valor de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), e em vigor durante o prazo de validade do contrato de exercício dos serviços de vistoria de identificação veicular, em nome da contratada, para eventual cobertura de danos causados ao consumidor pela pessoa jurídica habilitada;
- e) comprovante de quitação do seguro contratado;
- f) comprovação da atuação exclusiva no mercado de vistoria de identificação veicular, mediante certidão emitida pelo órgão competente e cópia do contrato social vigente;
- g) declaração de abster-se de envolvimento comerciais que possam comprometer a isenção no exercício da atividade de vistoria de identificação veicular, assinada pelo representante legal da pessoa jurídica. (grifo nosso)

9. Assim, considerando o disposto na legislação em vigor, pode-se depreender que o CRDD-DF, bem como os despachantes credenciados junto ao Conselho não atendem as exigências legais para assunção das atribuições hoje realizadas pelos servidores do órgão.

10. Ademais, o próprio Conselho informa, em seu Requerimento, ser o responsável pelo registro e fiscalização profissional dos despachantes documentalistas no Brasil, cujo o objetivo é representar os interesses dos seus associados, de acordo com a Lei nº 10602/2012, não possuindo, portanto, por objeto social a atividade exclusiva de vistoria de identificação veicular.

11. Nesse contexto, dispõe o art. 6º, da supracitada lei que "O Despachante Documentalista tem mandato presumido de representação na defesa dos interesses de seus comitentes, salvo para a prática de atos para os quais a lei exija poderes especiais", o que deixa clara a atribuição do despachante de representar seu cliente junto aos órgãos e entidades.

12. À propósito, em consulta ao sítio eletrônico [www.ocupacoes.com.br/cbo-mte/4231-despachantes-documentalistas-e-afins](http://www.ocupacoes.com.br/cbo-mte/4231-despachantes-documentalistas-e-afins), que trata da Classificação Brasileira de Ocupações pôde-se extrair as atribuições do Despachante Documentalista, quais sejam: "representam o cliente junto a órgãos e entidades competentes; solicitam a emissão de documentos de pessoas físicas e jurídicas, de bens móveis e imóveis, alvarás, licenças e laudos diversos; efetuam inscrições, alterações e baixas em registros e cadastros; gerenciam serviços e atividades dos clientes; organizam arquivos de dados e monitoram datas de vencimento de documentos; regularizam débitos e créditos, apuram e pagam impostos, taxas e emolumentos; requerem isenções, cancelamentos, parcelamentos e suspensões de pagamentos de débitos, a devolução de indébitos e o recebimento de indenizações, seguros, pecúlios e pensões.

13. Desta forma, infere-se que não se encontram dentre as atribuições do despachante documentalista a de realizar a atividade de vistoria veicular. Outrossim, da análise de tais atribuições observa-se a existência de conflito de interesses, uma vez que, de acordo com a Lei nº 10602/2012 o despachante deve defender os interesses de seus comitentes, o que, de plano, compromete a isenção no exercício da atividade de vistoria de identificação veicular, conforme exigência do art. 4º, da Resolução nº 466/2013.

14. Destarte, ao contrário do sugerido pelo CRDD-DF, a revisão da Instrução Detran-DF nº 394/2015 não seria suficiente para que os Despachantes Documentalistas possam realizar a "Coleta de Informação Veicular". Ademais, não existe sequer a previsão legal para realização do procedimento acima citado. O que a Res. 466/2013 prevê, conforme dito alhures, é a habilitação da pessoa jurídica de direito público ou privado para o exercício da atividade de vistoria de identificação veicular. Observa-se, portanto, que pretende o CRDD-DF criar um novo procedimento, o qual não encontra previsão na legislação ora em vigor.

15. Nesta esteira, vale lembrar que a Administração Pública encontra-se adstrita, por força do princípio da legalidade, a praticar somente condutas autorizadas em lei, restando impedida, portanto, de atender à proposição apresentada pelo Conselho.

16. Por conseguinte, considerando os próprios argumentos apresentados em seu requerimento, aonde afirma o CRDD-DF que "outros Estados optaram pelo modelo de terceirização do serviço de vistoria, que passa a ser realizado integralmente por empresas privadas. No entanto, não são raros os problemas de fraudes graves e dificuldades entre Autoridade de Trânsito- Empresa Terceirizada... Toda essa situação traz uma insegurança ao cidadão que procura o serviço dos estados na expectativa de garantia de segurança", impende ressaltar que hoje nos moldes em que o serviço vem sendo prestado à população do Distrito Federal não se tem notícia de fraudes ou corrupção, como se observa em alguns estados no país. Ao contrário, o Detran-DF tem servido de referência para demais órgãos executivos de trânsito, no que tange à fiscalização e cumprimento à legislação de trânsito.

17. Por fim, salienta-se que estão sendo adotadas medidas pela Diretoria de Policiamento e Fiscalização de Trânsito com vistas à aquisição de equipamentos para se proceder à modernização do procedimento de vistoria veicular, o que, certamente, irá refletir em uma melhor prestação do serviço à população do Distrito Federal.

Atenciosamente,

Valmir Lemos de Oliveira

Diretor-Geral Adjunto

Ao Senhor

Luciano Pinõn Fernandes

Presidente do Conselho Regional dos Despachantes Documentalistas do Distrito Federal-CRDD-DF

N E S T A